



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE BIBLIOTECA E ARQUIVO
DIVISÃO DE ACERVO - PERIÓDICOS**



SUMÁRIO CORRENTE

**Agosto
2016**

SUMÁRIO

Revista CEJ, Ano XX, n. 68, jan./abr. 2016

- DIREITO PENAL**
- 7** O ESTADO ISLÂMICO E OS ATENTADOS TERRORISTAS EM PARIS: tristezas, incertezas e suas ligações com o crime organizado
The Islamic State and the terrorist attacks in Paris: sorrows, uncertainties and connections with organized crime
Rodrigo Carneiro Gomes
- 16** CORRUPÇÃO DE MENORES: breves considerações acerca do fenômeno da *abolitio criminis*
Corruption of minors: brief observations about the abolition criminis
Jéssica de Jesus Almeida
Nelson Teodomiro Souza Alves
- DIREITO CONSTITUCIONAL**
- 21** APONTAMENTOS SOBRE O PERFIL DO JUIZ A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988
Notes on the judge profile from the 1988 Federal Constitution
Rafael Campos Soares da Fonseca
Leonardo Campos Soares da Fonseca
Reynaldo Soares da Fonseca
- 28** A QUESTÃO PROBATÓRIA NAS AÇÕES JUDICIAIS SOBRE SAÚDE E OS RELATÓRIOS DE MÉDICOS PARTICULARES: questão tormentosa
Evidentiary issue regarding healthcare claims and reports by private doctors: a delicate matter
Kadija André Conrad
- 37** PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA SOLIDARIEDADE
Constitutional principle of solidarity
Ana Cristina Monteiro de Andrade Silva
- DIREITO CONSTITUCIONAL COMPARADO**
- 47** PERFIL COMPARADO DA COMPOSIÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E DA CORTE CONSTITUCIONAL ITALIANA
Profile of the Brazilian Supreme Court's composition benchmarked against that belonging to the Italian Constitutional Court
Arthur Pinheiro Chaves
- DIREITO ADMINISTRATIVO**
- 62** ASPECTOS RECURSAIS EM JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA
Appeal-related aspects regarding administrative jurisdiction
Eduardo Mazaroppi
- 68** O SILÊNCIO ADMINISTRATIVO, SUAS POSSÍVEIS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS E A REVISÃO DOS SEUS EFEITOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
Administrative silence, its possible legal consequences and review on its effects by Public Administration
Mateus Camilo Ribeiro da Silveira

DIREITO TRIBUTÁRIO	78	NÃO CUMULATIVIDADE E O REGIME DE CRÉDITO NO IPI E ICMS <i>Non-cumulative taxation and credit scheme regarding IPI and ICMS</i> Gilson Pacheco Bomfim
FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS	89	A LINGUAGEM, O TEXTO E O JUIZ <i>Language, text and the judge</i> José Cândido Alfredo Leal Junior
DIREITO EMPRESARIAL	99	SUBSIDIÁRIA SUBSTANCIALMENTE INTEGRAL E O DIREITO DE PREFERÊNCIA DO ART. 253 DA LEI DE SOCIEDADE POR AÇÕES <i>A wholly owned subsidiary and right of first refusal according to article 253 of the Brazilian Corporation Act</i> Leonam Machado de Souza
INDICAÇÕES LITERÁRIAS	108	TEORIA GERAL DO PROCESSO: COMENTÁRIOS AO CPC DE 2015: PARTE GERAL <i>Por Antonio Carlos Ferreira</i>
	109	DIREITO PORTUÁRIO E A NOVA REGULÇÃO <i>Por Egon Bockmann Moreira</i>



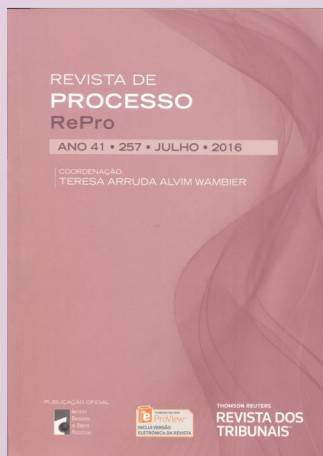
JUSTIÇA & CIDADANIA. Rio de Janeiro: Ed. JC, n. 192, ago. 2016.

Sumário

- 7 *Carta ao Leitor*
- 8 *Votar e vigiar*
- 9 *Como ajudar?*
- 10 *Sucessão trabalhista*
- 16 *Os riscos da modernidade na visão jurídica luso-brasileira*
- 28 *Conversando a gente se entende*
- 32 *Mobilidade digital*
- 36 *Prateleira – Ler desperta a sensibilidade social e humanística*
- 38 *Holofotes jurídicos nas finanças públicas*
- 44 *Propriedade fiduciária, Recuperação Judicial e o Abuso de Direito: superando o antagonismo*
- 52 *Nações desenvolvidas e nações evoluídas: o paradigma da linguística*
- 56 *Conflitos de competência em Recuperação Judicial no que tange à constrição de bens: análise da jurisprudência*
- 62 *A Polícia Judiciária e a redução da criminalidade no sistema de Justiça Criminal*
- 66 *No Reino da Chicana*



12 *Capa – O grande desafio de descongestionar o Judiciário*



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
TEORIA GERAL DO PROCESSO	
La metamorfosi del monopolio statale sulla giurisdizione <i>A metamorfose do monopólio estatal em relação à jurisdição</i> FEDERICO CARPI.....	23
A extensão da coisa julgada a causas de pedir não propostas <i>Extension of res judicata to causes of action not proposed</i> MARIO VITOR M. AUFIERO	33
"Customização processual compartilhada": o sistema de adaptabilidade do novo CPC <i>"Shared procedural customization": the new Civil Procedure Code adaptability system</i> RAFAEL SIRANGELO DE ABREU	51
PROCESSO DE CONHECIMENTO	
Procedimento comum: fase postulatória <i>Common procedure: postulatória phase</i> LUIS GUILHERME AIDAR BONDIOLI	79
As intervenções de terceiros no novo Código de Processo Civil <i>Third-party intervention in the new Civil Procedure Code</i> MARCO AURÉLIO SCAMPINI SIQUEIRA RANGEL.....	109
Julgamentos antecipados parciais de mérito <i>Les jugements anticipés et partiels sur le fond du procès</i> RODRIGO RAMINA DE LUCCA.....	125

TUTELA PROVISÓRIA

A tutela provisória no ordenamento jurídico brasileiro: a nova sistemática estabelecida pelo CPC/2015 comparada às previsões do CPC/1973
Temporary protection in brazilian law: the new systematic established by the Civil Procedure Code of 2015 compared to the Civil Procedure Code of 1973

ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES E LARISSA CLARE POCHMANN DA SILVA 153

Aspectos da tutela provisória: da tutela de urgência e tutela da evidência
Interim protection: urgent protection and self-evident claims

JOSÉ MARIA ROSA TESHEINER E RENNAN FARIA KRÜGER THAMAY 179

MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Recursos para os Tribunais Superiores e a Lei 13.256/2016

Appeals before Superior Courts and Act 13.256/2016

NELSON NERY JUNIOR E GEORGES ABBOUD 217

A não preclusão das decisões interlocutórias e a liberdade decisória do juízo de primeiro grau

The not estoppel from interlocutory decisions and decisional freedom of judgment of first grade

VINICIUS SILVA LEMOS 237

A reclamação para os Tribunais Superiores no Novo CPC, com as alterações da Lei 13.256/2016

Complaint to the Higher Courts in the new Civil Procedure Code, with the amendments of the Law 13256/2016

OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ 255

TÉCNICAS ADEQUADAS À LITIGIOSIDADE COLETIVA E REPETITIVA

Brevíssimas reflexões sobre a evolução do tratamento da litigiosidade repetitiva no ordenamento brasileiro, do CPC/1973 ao CPC/2015

Brevi riflessioni sull'evoluzione del trattamento della litigiosità seriale in Brasile, dal CPC del 1973 al CPC del 2015

HEITOR VITOR MENDONÇA SICA 269

O fim da substituição processual nas ações coletivas ajuizadas por associações para tutela de direitos individuais homogêneos: uma crítica ao posicionamento firmado pelo Plenário do STF no julgamento do RE 573.232/SC <i>The end of representative parties in class actions filed by associations for the protection of homogeneous individual rights: a critical analysis of positioning signed by the STF Full Bench in the judgment of RE 573.232/SC</i>	
MARCOS DE ARAÚJO CAVALCANTI.....	283
Técnica de julgamento dos recursos repetitivos e a constitucionalidade das decisões vinculativas e outras novidades do NCPC <i>Judicial technique of "repetitive" appeals, the constitutionality of binding decisions and other news about the NCPC</i>	
RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA.....	313
TUTELA DIFERENCIADA	
O novo Código de Processo Civil e a propriedade industrial: o impacto das inovações sobre tutela provisória <i>The new Code of Civil Procedure and industrial property: the impact of the innovations about provisional remedies</i>	
HUMBERTO DALLA BERNARDINA DE PINHO, TATIANA MACHADO ALVES E ROBERTO RODRIGUES MONTEIRO DE PINHO	319
DIREITO JURISPRUDENCIAL	
Considerações acerca da compreensão do modelo de vinculação às decisões judiciais: os precedentes no novo Código de Processo Civil brasileiro <i>Consideraciones acerca de la comprensión del modelo de enlace a las decisiones judiciales: el precedente en el nuevo Código de Procedimiento Civil del Brasil</i>	
ANTÔNIO PEREIRA GAIO JÚNIOR	343
Por que o Poder Judiciário não legisla no modelo de precedentes do Código de Processo Civil de 2015? <i>Why judiciary do not legislates in the model of precedents in 2015 Civil Procedure Code?</i>	
HERMES ZANETI JR. E CARLOS FREDERICO BASTOS PEREIRA.....	371

DIREITO ESTRANGEIRO E COMPARADO – GENERALIDADES

Access to the Supreme Court – the English Approach

O acesso à Suprema Corte – a abordagem inglesa

JOHN SORABJI

391

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

HONORÁRIOS DE ADVOGADO – Execução contra a Fazenda Pública
– Cobrança proporcional das verbas oriundas de condenação em processo coletivo

417

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ASTREINTES – Terceiro alheio à lide que, intimado para apresentar documentos, resiste em cumprir a ordem judicial.....

427

CONDOMÍNIO – Imóvel urbano – Notificação prévia de alienação por um dos coproprietários.....

439

LEGITIMIDADE PASSIVA *AD CAUSAM* – Cônjuge supérstite – Ação de investigação de paternidade *post mortem* movida contra descendentes

447

RESENHAS*Provas – Atipicidade, liberdade e instrumentalidade*, de PAULO AMARAL

Resenha por LUANA PEDROSA DE FIGUEIREDO CRUZ.....

457

Legitimidade ativa no mandado de segurança coletivo, de ANA FLÁVIA NOGUEIRA SILVA

Resenha por SAMIR VAZ VIEIRA ROCHA

459

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

463

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTURAL INÉDITA.....

471

Nesta edição:

DOCTRINA

- A propaganda partidária: uma análise sistemática do direito material e processual à luz da Lei 13.165, de 29 de setembro de 2015
- Avaliação sobre o acordo de colaboração premiada e garantia dos direitos fundamentais do acusado no processo penal brasileiro

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

- ACÇÃO CIVIL CONSUMIDORA - "Operação Lava-Jato" - Suspensão de procedimento investigatório criminal instruído para averiguar possível fraude à intersetada e direitos de concorrência, diante de vultosa operação de negócios



THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	7
----------------	---

DOCTRINA

DIREITO ADMINISTRATIVO

A necessária observância, por parte das instituições financeiras estatais, na condição de integrantes da Administração Pública, do interesse público na gestão dos seus contratos bancários em épocas de crise econômica

The required compliance by the state-owned financial institutions, provided that members of the public administration, public interest in the management of its banking agreements in times of economic crisis

ALDEM JOHNSTON BARBOSA ARAÚJO 19

DIREITO CONSTITUCIONAL

O absolutismo e sua influência na formação do Estado brasileiro

The absolutism and the influence on the formation of the Brazilian State.

LUIZ GUSTAVO BAMBINI DE ASSIS 49

DIREITO ELEITORAL

Propaganda eleitoral pela Internet

Electoral propaganda through the Internet

TARCISIO TEIXEIRA e LAURA MARIA BRANDÃO ESTANCIONE..... 75

A propaganda partidária: uma análise sistemática do direito material e processual à luz da Lei 13.165, de 29 de setembro de 2015

A systematic analysis of the substantive law and procedural law in the light of Law 13.165 of 29 September 2015

ALEXANDRE RAMOS 91

DIREITO INTERNACIONAL

Um retrato do genocídio cultural no campo jurídico internacional

A picture of cultural genocide in the international legal field

KARHEN LOLA PORFIRIO WILL 111

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

As formas coercitivas para compelir o devedor de alimentos a adimplir com sua obrigação: avanços perpetrados pela jurisprudência e abarcados pelo novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015)

The new forms of coercion to compel the alimony debtor to satisfy his obligation: advances implemented by jurisprudence and incorporated by the new civil procedure code (Law 13.105/2015)

LEONARDO ALVES DE OLIVEIRA 133

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Atuação do juiz no acordo de colaboração premiada e a garantia dos direitos fundamentais do acusado no processo penal brasileiro

The judge's role concerning the "plea arrangement" in the Brazilian criminal proceeding - The constitutional rights of defendant and the agreement deals

ALEXANDRE DE CASTRO COURA e AMÉRICO BEDÊ JUNIOR 149

DIREITO DO TRABALHO

Reflexões sobre a Lei 13.271/2016 e a agenda da OIT sobre trabalho Decente

Reflections on Law 13.271/2016 and the agenda of the ILO about decent work

THEREZA CHRISTINA NAHAS 163

DIREITO TRIBUTÁRIO

O sistema tributário brasileiro: uma análise crítica

The brazilian tax system: a critical analysis

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS 175

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA E ANOTADA**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

Jurisprudência Seleccionada

Decisões Monocráticas

- AÇÃO CAUTELAR – Afastamento do cargo de Deputado Federal e, ainda, da função de Presidente da Câmara dos Deputados.

Comentário por IVES GANDRA DA SILVA MARTINS: *O protagonismo judicial e a política* 195

- MANDADO DE SEGURANÇA – Liminar – Impetração pelo Senador da República para suspender o processo decorrente de Representação perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Comentário por VOLUSIA APARECIDA SALES 249

- AÇÃO CÍVEL ORIGINÁRIA – Liminar – “Operação Lava-Jato” – Suspensão de procedimento investigatório criminal instaurado para averiguar possível lesão a interesses e direitos de cooperados, diante de certas operações ali realizadas.
Comentário por THIAGO COLNAGO CABRAL: *Conflito de atribuições do Ministério Público e os limites da atribuição investigatória criminal*..... 267

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Acórdãos

- CONSTRANGIMENTO ILEGAL – Peculato – Apropriação e/ou desvio de recursos públicos por meio de um esquema criminoso denominado “Escândalo dos Gafanhotos”.
Comentário por THIAGO COLNAGO CABRAL: *Os limites cognitivos do HC substitutivo de recurso*..... 291
- CONTRATO DE ALUGUEL – *Shopping center* – Cláusula contratual que prevê cobrança em dobro do aluguel no mês de dezembro.
Comentário por REGINALDO BORASCHI..... 307

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA NA ÍNTEGRA

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- SOCIEDADE EMPRESARIAL – Exclusão dos sócios de sociedade familiar, imputando-lhes a prática de atos que inviabilizam a continuidade dos negócios..... 321

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- DANO MORAL – Indenização – Assédio moral – Empregado tratado pelo gerente da empresa e seus colegas de maneira jocosa, por meio de uso de apelido..... 371

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- MILITAR – Inquérito judicial – Realização da oitiva do acusado no início da instrução processual..... 387
- Decisão Monocrática
- *HABEAS CORPUS* – Impetração em caráter preventivo visando assegurar o direito de acesso dos pacientes a todos os setores da Câmara dos Deputados durante votação..... 389
- Repercussão Geral
- REPERCUSSÃO GERAL – Controvérsia acerca da prescritibilidade da pretensão de ressarcimento ao erário em face de agentes públicos em decorrência de suposto ato de improbidade administrativa..... 391

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- DANO MORAL – Indenização – Publicação de matéria ofensiva em jornal de grande circulação..... 395

• CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – Incidência sobre o auxílio “quebra de caixa”.....	397
• REGISTRO DE EMPRESA – <i>Factoring</i> – Dispensa da inscrição da companhia no respectivo Conselho Regional de Administração.....	399
Decisão Monocrática	
• COMPETÊNCIA – Crimes contra o meio ambiente e contra a vida – Delitos decorrentes de desastre ambiental que resultou em prejuízo a bens e serviços da União.....	401
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	
• ESTABILIDADE PROVISÓRIA – Empregado eleito membro da Cipa durante vigência de contrato de experiência.....	405
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	
• ELEITORAL – Abuso de poder político, econômico e de autoridade – Criação do programa “gabinete itinerante” pelo governo estadual e divulgação em propaganda institucional e eleitoral.....	409
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	
• CRIME MILITAR – Furto – Tentativa – Agente que subtraiu três pneus de caminhão da corporação para vendê-los e foi surpreendido antes de conseguir sair dos limites do quartel.....	415
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3.ª REGIÃO	
• IMUNIDADE TRIBUTÁRIA – Contribuição ao Senar.....	419
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4.ª REGIÃO	
• ATO ADMINISTRATIVO – Apreensão pela Anvisa de produtos exportados rejeitados pelo importador em decorrência de elevado nível de micotoxina.....	425
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 5.ª REGIÃO	
• SERVIDOR PÚBLICO – Redução de jornada de trabalho sem compensação de horário e desconto nos vencimentos – Trabalhadora que presta assistência ao filho deficiente..	429
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS	
• RESPONSABILIDADE CIVIL – Indenização – Danos moral e material – Morte de menor em acidente de trânsito com carro alugado.....	435
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ	
• AÇÃO RESCISÓRIA – Erro de fato – Reconhecimento de união estável.....	441
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS	
• RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO – Indenização – Danos moral e material – Homem que é morto em decorrência de ação policial.....	445

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA

- AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Lei municipal que determina o fechamento de bares no feriado de “sexta-feira santa”..... 449

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL

- DANO MORAL – Indenização – Deputado federal que publica foto com conteúdo ofensivo em rede social. 455

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE GOIÁS

- MANDADO DE INJUNÇÃO – Servidor público – Impetração visando a regulamentação da revisão anual da remuneração dos servidores estaduais. 459

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO

- MANDADO DE SEGURANÇA – Suspensão de liminar – Ordem concedida para dar continuidade às obras de duplicação de ferrovia embargada em decorrência de cobrança de taxa de licenciamento. 463

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

- AÇÃO PENAL – Nulidade – Decisão de recebimento da denúncia e citação que designa audiência de instrução e julgamento. 467

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

- RECUPERAÇÃO JUDICIAL – Plano que prevê deságio de 50%, com carência de doze meses e prazo de 13 anos para pagamento. 471

ÍNDICE ALFABÉTICO–REMISSIVO

Índice de Temas..... 477

Índice de Autores..... 481

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORA INÉDITA 483

Nesta edição:

Especial: Mês do Advogado

DOCTRINA

■ A confiança, o sigilo e a inviolabilidade
■ Advocacia empresarial, CPC/2015 e seus reflexos na recuperação
judicial de empresas

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA

MANDADO DE SEGURANÇA - Liminar - Proseguimento ■
de denúncia por crime de responsabilidade contra o Presidente
da República no rito do processo de impeachment

PENHORA - Bem de família - Execução de empréstimo ■



THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	7
DOCTRINA	
ESPECIAL: MÊS DO ADVOGADO	
A confiança, o sigilo e a inviolabilidade <i>Attorney-client privilege and the protection of confidential legal information</i>	
PIERPAOLO CRUZ BOTTINI e HELOISA ESTELLITA.....	19
Direito eleitoral: o povo no poder ou a soberania popular <i>Electoral law: the people in power or popular sovereignty</i>	
ANA FLÁVIA MAGNO SANDOVAL.....	35
Financiamento de campanhas eleitorais e a recente proibição de doações de pessoas jurídicas <i>Financing of election campaign and recent ban of donations from legal entities</i>	
ROGÉRIO PIRES DA SILVA	59
Precedentes judiciais vinculantes no novo Código de Processo Civil <i>Judicial precedents binding on the new Civil Procedure Code</i>	
GUSTAVO HENRIQUE SCHNEIDER NUNES	77
Advocacia empresarial, CPC/2015 e seus reflexos na recuperação judicial de empresas <i>Business advocacy, the 2015 Civil Procedure Code and their reflexes in the companies judicial reorganization</i>	
RUY COPPOLA JR.....	109
Le Ministère Public brésilien et la citoyenneté <i>The Brazilian Ministério Público and citizenship</i>	
HUGO NIGRO MAZZILLI	129

DIREITO ADMINISTRATIVO

A possibilidade de utilização dos embargos de declaração em processos administrativos conferida pelo novo Código de Processo Civil: um reforço ao controle dos atos administrativos pela obediência ao princípio da motivação

The possibility of use of requests for clarification in administrative proceedings afforded by the new Civil Procedure Code: strengthening the control of administrative acts by obedience to the principle of motivation

ALDEM JOHNSTON BARBOSA ARAÚJO..... 137

DIREITO CONSTITUCIONAL

Audiência de custódia – A inconstitucionalidade dos acórdãos da ADIn 5.240, da ADPF 347 MC/DF e da Resolução/CNJ 213 de 15 de dezembro de 2015

Custody hearing – The lack of constitutional grounds of the rulings proffered by the Brazilian Supreme Court in ADIn 5.240 and ADPF 347, and the lack of such grounds in Resolution CNJ 213, december 15, 2015

HUGO OTAVIO TAVARES VILELA..... 195

DIREITO EMPRESARIAL

La responsabilidad social empresarial. La empresa responsable con el ambiente

The entrepreneurial social responsibility. The responsible company with the environment

ALCIDES ANTÚNEZ SÁNCHEZ e EDUARDO DÍAZ OCAMPO 211

DIREITO PENAL

A aplicabilidade da teoria das janelas quebradas ao *cyberstalking*

The applicability of the theory of broken windows to cyberstalking

MÁRCIA SOARES DANTAS PACHECO..... 241

DIREITO REGISTRAL

Gratuidade da certidão de nascimento e seus reflexos na atividade registral

Gratuitousness of the birth certificate and its effects on registry activity

ALINE DARCY FLÔR DE SOUZA..... 267

DIREITO TRIBUTÁRIO

Taxa de utilização da marinha mercante: análise crítica e aspectos controvertidos

Rate of the Merchant navy: Review and controversial aspects

RUBENS FERREIRA JUNIOR..... 299

A majoração setorial de alíquotas da CSLL pelo art. 1.º da Lei 13.169/2015

The sectorial supplement of tax rates of CSLL by article 1º Of the Act 13.169/2015

OSWALDO OTHON DE PONTES SARAIVA FILHO 335

PARECER

Inteligência do art. 5.º, XV e XVI da CF/1988 – Distinção entre logradouro público e local colocado à disposição do público com objetivo determinado – Impossibilidade jurídica da realização dos denominados 'rolezinhos' de menores em 'shopping'

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS..... 361

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA E ANOTADA**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL****Jurisprudência Selecionada**

- LEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM* – Ocorrência – Mandado de segurança coletivo – MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO – Medida cautelar – Impetração por partidos políticos contra a nomeação de ex-presidente investigado na "Operação Lava-Jato" para o cargo de Ministro Chefe da Casa Civil

Comentário por FELIPE AUGUSTO DA COSTA SOUZA: *Legitimidade dos partidos políticos na defesa dos interesses coletivos difusos e a nulidade do ato administrativo por desvio de finalidade: a suspensão da nomeação de um Ministro de Estado em defesa da ordem institucional*..... 387

- MANDADO DE SEGURANÇA – Liminar – Prosseguimento da denúncia por crime de responsabilidade contra a Presidente da República no rito do processo de *Impeachment*

Comentário por ÂNGELA ISSA HAONAT e LARA LÍVIA BRINGEL 415

- MILITAR – Inquérito judicial – Realização da oitiva do acusado no início da instrução processual

Comentário por JOSÉ EDUARDO LOURENÇO DOS SANTOS..... 433

- EXECUÇÃO – Créditos trabalhistas – Empresa pública – Utilização do regime de precatórios para executar sentenças judiciais

Comentário por LEONARDO ROMANO SOARES..... 440

Decisão monocrática

- IPTU – Incidência sobre imóveis pertencentes à empresa pública

Comentário por MARCELO LUIZ SCARIOT..... 450

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- PROVA – Nulidade – Tráfico de drogas

Comentário por DAVI DE PAIVA COSTA TANGERINO e BRUNO CORTEZ TORRES CASTELO BRANCO..... 461

- DENÚNCIA – "Operação caixa de pandora" – Investigações noticiando a existência de suposta organização criminosa envolvendo empresários, membros do governo, do Judiciário e do Ministério Público – Anulação das dezessete ações penais sobre os ilícitos

Comentário por MARIA EDITH CAMARGO RAMOS SALGRETTI..... 491

- OBRIGAÇÃO DE FAZER – Trabalhador portuário – Manutenção dos serviços de amarração e desamarração de embarcações nos terminais portuários
Comentário por ANDRÉ FURTADO DE OLIVEIRA e JOÃO PAULO IMPARATO SPÖRL: *Os serviços no Porto e o regime dos trabalhadores portuários*..... 531
- PENHORA – Bem de família – Execução de empréstimo
Comentário por ADOLFO MAMORU NISHIYAMA..... 555

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- CONTRATO DE TRABALHO – Prestação de serviços no exterior – Obreiro contratado diretamente por empresa brasileira por intermédio de companhia estrangeira do mesmo grupo econômico
Comentário por SIRLENE SALES: *Processo TST-ARR-120000-53.2009.5.01.0004 – Recurso de revista do reclamante – Não conhecimento do recurso ordinário – Ausência de dialeticidade – Manutenção por fundamento diverso*..... 583

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA NA ÍNTEGRA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Lei estadual que prevê punição para as empresas que exijam a realização de teste de gravidez ou a apresentação de atestado de laqueadura no momento de admissão de mulheres no trabalho 615

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- COMPETÊNCIA – Furto de energia de forma continuada em concurso de pessoas 635
- DANO MORAL COLETIVO – Indenização – Ação civil pública – Divulgação de filme publicitário utilizando mensagens subliminares e técnicas que visavam atingir crianças e adolescentes, estimulando o vício ao tabaco..... 641

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Lei federal que determina a intimação do advogado constituído de forma diferente da atribuída ao Ministério Público e aos defensores nomeados..... 697
- AÇÃO PENAL – Nomeação de único defensor para diversos corréus..... 699
- PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA – Inaplicabilidade – Exploração clandestina de serviços de Internet via rádio 701

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- HABEAS CORPUS – Intervenção de terceiros – *Writ* impetrado contra ajuizamento de medida cautelar 705

• CERCEAMENTO DE DEFESA – Nulidade – Produção de prova pericial em execução de título extrajudicial.....	707
• ISS – Não incidência – Operações de industrialização por encomenda de embalagens ...	709
• COMPRA E VENDA – Imóvel – Condomínio de fato – Alienação do bem por um dos condôminos à revelia do outro, com retenção de sua cota-parte.....	711
• RESPONSABILIDADE CIVIL – Indenização – Dano material – Prefeito eleito – Posterior indeferimento de registro de candidatura.....	713
Decisão monocrática	
• RECLAMAÇÃO – Liminar – Desrespeito à autoridade do STJ – Decisão da Corte Superior em conflito de competência que suspendeu ações conexas decorrentes de desastre ambiental.....	715
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL	
• VEREADOR – Eleição – Ocultação do histórico criminal – Fraude eleitoral.....	719
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR	
• CRIME MILITAR – Estelionato – Militares que fraudavam ordens de serviço para percepção de diárias em prejuízo ao erário.....	723
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO	
• MILITAR – Servidor temporário que é declarado parcialmente incapaz para o serviço – Reforma no mesmo grau hierárquico que ocupava.....	729
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2.ª REGIÃO	
• TRIBUTÁRIO – Exigência de selo de controle na importação de bebidas.....	733
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO	
• INDENIZAÇÃO – Dano moral – Cliente que passou mais de três horas em agência bancária aguardando atendimento.....	737
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS	
• INDENIZAÇÃO – Danos moral e material – Desaparecimento injustificado de grande quantidade de sacas de café beneficiado em poder de depositário.....	741
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARÁ	
• FEMINICÍDIO – Pena – Conversão da prisão em flagrante em preventiva.....	745
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA	
• IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Ocorrência – Prefeito que se omite diante da requisição de informações.....	751
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ	
• HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – Execução fiscal – Município que pretende exonerar-se do pagamento das verbas de sucumbência ao desistir da demanda após a oposição de embargos.....	755

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO

- INDENIZAÇÃO – Dano moral – Transporte aéreo – Advogado que perde audiência em outro estado em razão de cancelamento do voo pela companhia aérea 759

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

- PRESCRIÇÃO – Inocorrência – Indenização – Dano moral – Anulação e reclassificação de resultado final de corrida por erro da comissão avaliadora 763

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

- DIREITO AO ESQUECIMENTO – Exclusão de notícias publicadas na Internet sobre a detenção de pessoa por suspeita de participação em grupo *skinhead* 767

TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DE SÃO PAULO

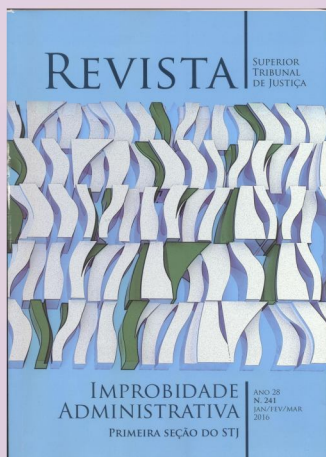
- CRIME MILITAR – Concussão – Policial que exige de civil vantagem indevida para não autuá-lo por infração de trânsito 771

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

- Índice de Temas 775
- Índice de Autores 778

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORAL INÉDITA 781**JURISPRUDÊNCIA ANOTADA**

- INDENIZAÇÃO – Dano moral e material – Desaparecimento injustificado de grande quantidade de sacas de café beneficiado em poder de depositário 781
- FENÔMENO DE CORRUPÇÃO – Conversão de prisão em regime em prisão domiciliar 785
- IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA – Ocorrência – Prefeito que se omite diante de registros de informações 781
- HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – Execução fiscal – Município que pretende executar os pagamentos devidos de honorários de advogados 788



SUMÁRIO

RSTJ No. 241 - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

APRESENTAÇÃO	19
JURISPRUDÊNCIA	
PRIMEIRA SEÇÃO	27
REsp 1.289.609-DF (Rel. Min. Benedito Gonçalves).....	29
REsp 1.366.721-BA (Rel. Min. Og Fernandes)	45
PRIMEIRA TURMA	101
REsp 1.066.772-MS (Rel. Min. Benedito Gonçalves)	103
REsp 1.405.748-RJ (Rel. Min. Regina Helena Costa)	120
REsp 1.407.249-PB (Rel. Min. Olindo Menezes)	141
REsp 1.461.882-PA (Rel. Min. Sérgio Kukina)	151
REsp 1.504.744-MG (Rel. Min. Sérgio Kukina)	157
REsp 1.536.895-RJ (Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho).....	165
REsp 1.558.038-PE (Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho)	189
REsp 1.564.682-RO (Rel. Min. Olindo Menezes)	199
SEGUNDA TURMA	217
AgRg no AREsp 606.352-SP (Rel. Min. Assusete Magalhães)	219
REsp 1.081.743-MG (Rel. Min. Herman Benjamin).....	239
REsp 1.337.911-PE (Rel. Min. Humberto Martins)	290
REsp 1.407.862-RO (Rel. Min. Mauro Campbell Marques).....	303
REsp 1.414.757-RN (Rel. Min. Humberto Martins)	358
REsp 1.438.344-SP (Rel. Min. Assusete Magalhães)	375
REsp 1.446.285-RJ (Rel. Min. Mauro Campbell Marques)	398

DOUTRINA

- As Impropriedades da Lei de Improbidade 431
BENEDITO CEREZZO PEREIRA FILHO
- Ensaio sobre a Coação Instrumental dos Controladores e a Ação
Burocrática Defensiva..... 455
BRUNO MEYERHOF SALAMA
JULLANA BONACORSI DE PALMA
- Reflexos do Novo CPC na Ação de Improbidade Administrativa 465
DANIEL AMORIM ASSUMPTÃO NEVES
- Litisconsórcio Passivo Necessário na Ação de Improbidade
Administrativa..... 485
EDUARDO LESSA MUNDIM
- Periculum in Mora* Presumido na Ação de Improbidade Administrativa. 499
FÁBIO MEDINA OSÓRIO
- Distribuição do Ônus da Prova no Processo de Improbidade
Administrativa e o CPC 2015 511
FLÁVIO LUIZ YARSELL
- A Tutela Antecipada na Ação de Improbidade Administrativa à Luz do
Novo Código de Processo Civil 525
GINA COPOLA
- Efeitos da Colaboração Premiada e a Lei de Improbidade
Administrativa..... 545
JOÃO PAULO HECKER DA SILVA
RONALDO VASCONCELOS
- Desconsideração da Personalidade Societária e Responsabilização
de Terceiros na Lei de Improbidade Administrativa e na Lei
Anticorrupção 557
MARÇAL JUSTEN FILHO
- O Elemento Subjetivo na Improbidade Administrativa: por uma
Responsável Motivação das Decisões Judiciais 577
MÁRCIO CAMMAROSANO
FLÁVIO HENRIQUE UNES PEREIRA
- A Teoria da Bagatela na Ação de Improbidade 605
MARIANA COSTA DE OLIVEIRA

O Agente Ímprobo segundo o Art. 3o. da Lei de Improbidade Administrativa.....	625
<i>MAURÍCIO ZOCKUN</i>	
A Medida Provisória no. 703/2015, que Revogou o § 1o., do Art. 17, da Lei de Improbidade Administrativa Não Autoriza Transação ou Delação Premiada para fins de Demonstração de Indícios da Prática do Ato Ímprobo	631
<i>MAURO ROBERTO GOMES DE MATTOS</i>	
A Prescrição nas Ações de Improbidade Administrativa: Questões Atuais.....	647
<i>RAFAEL CARVALHO REZENDE OLIVEIRA</i>	
ÍNDICE ANALÍTICO	669
ÍNDICE SISTEMÁTICO	683
SIGLAS E ABREVIATURAS	687
REPOSITÓRIOS AUTORIZADOS E CREDENCIADOS PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	693